



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador JOSE CARLOS PATRIOTA MALTA

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0169.888-0 - RECIFE-PE

IMPETRANTE: JOSÉ ROBERTO DA SILVA

ADVOGADO: Severino José de Carvalho

IMPETRADO: SECRETARIO DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

RELATOR DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

EMENTA - DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE DO ATO DE EXONERAÇÃO DO CONSELHO DISCIPLINAR. COMPETÊNCIA. SÚMULA 18 STF. PRELIMINARES - INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA PELA AUSÊNCIA DE PROVA PRECONSTITUÍDA - NÃO CONHECIDA POR SE CONFUNDIR COM O MÉRITO; INÉPCIA DA INICIAL POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO; INÉPCIA DA INICIAL POR CONTER PEDIDO IMEDIATO INCOMPATÍVEL COM O MEDIATO - REJEITADAS. DENEGACÃO DA SEGURANÇA. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança nº 169.888-0, em que figuram como impetrante José Roberto da Silva, e como Impetrado Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem o Segundo Grupo de Câmaras Cíveis, acordam o seguinte: "À unanimidade de votos, não se conheceu a preliminar de inadequação da via eleita, pela ausência de prova pré-constituída, por confundir-se com o próprio mérito. À unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar de inépcia da inicial por impossibilidade jurídica do pedido. À unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar de inépcia da inicial por incompatibilidade dos pedidos imediato e mediato. À unanimidade de votos, denegou-se a segurança, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator", isto em conformidade com o relatório, o voto, e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

754

190

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0169.888/0 – RECIFE-PE

IMPETRANTE: JOSÉ ROBERTO DA SILVA

ADVOGADO: Severino José de Carvalho PE 010919

IMPETRADO: SECRETARIO DE DEFESA SOCIAL DE PE.

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

RELATÓRIO

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado com vistas à obtenção de pronunciamento judicial liminar que determine a autoridade apontada como coatora, a reintegrar o Policial Militar impetrante que fora excluído, a bem da disciplina, da corporação Militar, após solução do competente processo administrativo.

Sustenta, inicialmente, a *validade* do procedimento administrativo, por incompetência do Conselho de disciplina para emitir relatório conclusivo, por força do princípio do Juiz Natural; *Cerceamento do direito de defesa*, por ausência de intimação do Relatório conclusivo, o que o impossibilitou de recorrer; *Falta de avaliação médica* para aferir sua capacidade física e mental; *afronta ao princípio* da conexão processual, vez que os fatos apurados no processo administrativo ainda não foram apurados no processo criminal que tramita na Justiça Militar; *a violação da competência* do Tribunal de Justiça para julgar a perda da função policial, e por fim, a nulidade do ato administrativo, reintegrando-o à Polícia Militar.

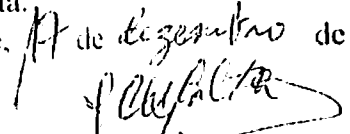
Em resposta às alegações, o impetrado, as fls. 390/410, levanta inicialmente as *preliminares* de: 1 - Inadequação da via eleita por ausência da prova pré-constituída; 2 - Inépcia da inicial por impossibilidade jurídica do pedido; 3 - Inépcia da inicial por conter pedido imediato incompatível com o mediato; *No mérito*, argumenta que o Processo Administrativo que apurou as ações de impetrante não merece reproche, pois obedeceu, na íntegra, aos ditames do processo disciplinar.

Encaminhado à douta Procuradoria de Justiça, após análise minuciosa do feito, opinou, no sentido de sua denegação estando evidenciada a inexistência de qualquer ilegalidade em relação ao ato atacado (fls. 746/751).

É o que de essencial havia a ser relatado.

A Pauta.

Recife, 17 de dezembro de 2009.


José Carlos Patriota Malta.
Desembargador Relator.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

758
46

191

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0169.888/0 -- RECIFE-PE

IMPETRANTE: JOSÉ ROBERTO DA SILVA

ADVOGADO: Severino José de Carvalho PE 010919

IMPETRADO: SECRETARIO DE DEFESA SOCIAL DE PE.

RELATOR DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado com vistas à obtenção de pronunciamento judicial liminar que determine à autoridade apontada como coatora, a reintegrar o Policial Militar impetrante que fora excluído, a bem da disciplina, da corporação Militar, após solução do competente processo administrativo.

Antes de adentrar ao mérito cabe-me enfrentar as preliminares levantadas pela parte impetrada.

PRIMEIRA PRELIMINAR: INADEQUAÇÃO DE VIA ELEITA PELA AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

O argumento de que a não demonstração das alegações reclama dilação probatória pela inexistência de prova pre-constituída, inviabilizando a veiculação da pretensão pela via mandamental, se confunde com o mérito, portanto deve ser apreciada em momento oportuno, o que farei.

Recife, 13/01/2010
[Assinatura]



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

759
4

132

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0169.888/0 – RECIFE-PE

IMPETRANTE: JOSÉ ROBERTO DA SILVA

ADVOGADO: Severino José de Carvalho PE 010919

IMPETRADO: SECRETARIO DE DEFESA SOCIAL DE PE.

RELATOR DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

SEGUNDA PRELIMINAR: INÉPCIA DA INICIAL POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.

O argumento de que a petição inicial do impetrante é inepta, diante da sua impossibilidade jurídica, vez que a natureza desta ação é declaratória limitando-se a certeza da existência ou inexistência da relação jurídica entre as partes, *não tem como se sustentar*, frente ao requisito intrínseco adstrito à ação mandamental, que o exige como indispensável – que é o da prova pré-constituída, - como proteção do direito a ser mantido ou restaurado, revestido de liquidez e certeza, tudo como por aqui se passa.

Assim, sem mais delongas, rejeito a preliminar de inépcia da inicial por impossibilidade do pedido.

É como voto.

Recife, 13 de Janeiro de 2016.

José Carlos Patriota Malta
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

760
193

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0169.888/0 – RECIFE-PE

IMPETRANTE: JOSÉ ROBERTO DA SILVA

ADVOGADO: Severino José de Carvalho PE 010919

IMPETRADO: SECRETARIO DE DEFESA SOCIAL DE PE.

RELATOR DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

TERCEIRA PRELIMINAR: INÉPCIA DA INICIAL POR CONTER PEDIDO IMEDIATO INCOMPATÍVEL COM O MEDIATO - PEDIDOS INCOMPATÍVEIS.

Ao argumentar sobre a incompatibilidade dos pedidos, e afirmando-se que o impetrante manejou este *mandamus* com a intenção de ser-lhe clado provimento declaratório, agiu o impetrado na contra mão dos fatos apresentados nos autos, afinal o que se depreende da inicial é que o interesse do impetrante gira em torno da nulidade do ato que o exonerou da função pública, com a intenção de ser reintegrado aos quadros da Polícia Militar, caracterizando, não um pedido meramente declaratório, e sim, uma providência de natureza desconstitutiva.

Desta feita, impera-se também a rejeição desta preliminar.

É como voto.

Recife, 13 de janeiro de 2010.

José Carlos Patriota Malta
José Carlos Patriota Malta
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

761
p
194

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0169.888/0 – RECIFE-PE

IMPETRANTE: JOSÉ ROBERTO DA SILVA

ADVOGADO: Severino José de Carvalho PE 010919

IMPETRADO: SECRETARIO DE DEFESA SOCIAL DE PE.

RELATOR DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

VOTO DE MÉRITO:

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado com vistas à obtenção de pronunciamento judicial liminar que determine à autoridade apontada como coatora, a reintegrar o Policial Militar impetrante que fora excluído, a bem da disciplina, da corporação Militar, após solução do competente processo administrativo.

A insatisfação do impetrante está relacionada à penalidade imputada pelo Conselho de Disciplina, afirmando-se que o mesmo não teria competência para emitir o relatório conclusivo, bem como foi impossibilitado de interpor recurso administrativo, em razão da não intimação do resultado do relatório conclusivo, o que cerceou sua defesa, como também, que o impetrante não foi submetido à junta médica para julgar a sua capacidade física e mental, e por fim, a afronta ao princípio da conexão processual, vez que os fatos apurados no processo administrativo ainda não foram apurados no processo criminal, impossibilitando a aplicabilidade daquela decisão que o exonerou a bem do serviço público.

Nenhum destes argumentos merece relevância.

O fato de o impetrante ter sido penalizado administrativamente em razão de conduta que além de constituir crime, importou em ato incompatível com a função de Policial Militar, por ter se utilizado de um cartão de crédito Hipercard, pertencente a um outro soldado, efetuando várias despesas pessoais, *esteve* sendo, cabalmente, apurado através de processo administrativo disciplinar, o qual desde a sua instauração, não extrapolou os princípios adstritos ao devido processo legal, ou seja, com a concessão de prazos para o contraditório e da ampla defesa.

Assim, a decisão emitida pelo Conselho de Disciplina não merece reproche, afinal seu mister esta postado *no art. 2º, alíneas "a", "b", e "c" do Decreto nº 3639/75* que prevê a possibilidade de submissão dos praças ao Conselho Disciplinar em razão do cometimento de conduta irregular ou ato que afete a honra da classe militar.

A competência do Presidente deste Conselho, com finalidade de aplicação da sanção, *está definida na Lei 11.817/2000 – Código Disciplinar dos Militares de PE*, que dispõe:



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

762
195

Art. 10 – A competência para aplicar as penas disciplinares prevista neste código é inerente ao cargo ou função ocupada e não ao grau hierárquico, sendo competentes para aplicação:

I – O Governador do Estado e o Secretário de Defesa social, em relação a todos os integrantes das corporações Militar e Estaduais;

Art. 28 As penas disciplinares a que estão sujeitos os militares, segundo o estabelecimento na Parte Especial deste código são as seguintes:

I -omissis

Assim dúvidas não existem acerca desta competência, como também não existem dúvidas acerca da competência da Justiça Militar para a apuração do fato criminal, até porque sua conduta afetou o sentimento do dever, a honra pessoal, o pundonor militar e o decore da classe, como já descrito no art. 30 da Lei Estadual 11.817/2000 Cód. Disciplinar dos Militares de PE.

Art. 30 – O licenciamento e a exclusão a bem da disciplina consistem no afastamento ex-officio do militar estadual das fileiras de sua corporação conforme previsto em legislação própria, e somente se aplicam aos Aspirantes a Oficial e aos demais praças, após o devido processo administrativo disciplinar.

§ 1º - o licenciamento a bem da disciplina deve se aplicado aos praças sem estabilidade assegurada como solução de processo administrativo disciplinar sumário, em que lhes sejam assegurados a ampla defesa, e o contraditório, desde que se conclua que:

I - O militar processado, com a prática das transgressões objeto das investigações, afetou o sentimento do dever, a honra pessoal, o pundonor militar e o decore da classe;
.... omissis...

§ 2º a exclusão a bem da disciplina deve ser aplicada aos Aspirantes, a Oficial e demais praças, com ou sem estabilidade assegurada, conforme legislação própria, cabendo ao Tribunal de Justiça do Estado ou ao Tribunal de Justiça Militar, quando houver, decidir sobre a perda da graduação dos militares julgados culpados em Conselhos de Disciplinas.

O Conselho disciplinar o apontou, a unanimidade de votos, culpado das infrações e o excluiu a bem da disciplina, e contra esta atitude não se depara nenhum rebate, pois nasceu nos limites das Leis vigentes.

Vai pelo mesmo esboço o argumento de que o impetrante não poderia ser punido enquanto o processo criminal não chegasse ao seu fim.

Como se sabe, no Direito brasileiro, as instâncias penal, civil e administrativa não se confundem. Vale dizer que, se o processo administrativo observou os trâmites legais, e nele foi



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

763
196

produzida prova suficiente para bem caracterizar a conduta reprovável, a sanção pode ser aplicada independentemente de prévia condenação criminal.

No caso dos autos, conforme se verifica alhures, todo o regramento contido no Código de Disciplina foi cumprido na íntegra, inclusive em relação aos essenciais princípios Constitucionais de ampla defesa e do contraditório.

Assim é o entendimento da Corte Superior, cujo tema também já esteve sumulado na Corte Suprema - Súm. 18 - STF.

RMS - ATO ADMINISTRATIVO - POLICIAL MILITAR - EXCLUSÃO DOS QUADROS A BEM DA DISCIPLINA - APURAÇÃO DA FALTA EM CONSELHO DE DISCIPLINA - OBSERVÂNCIA DA AÇÃO PENAL - ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DA PRISÃO - JUÍZO COMPETENTE.

1 - Não há ilegalidade ou abuso de poder no ato administrativo que, a bem da disciplina, exclui soldado dos Quadros da Polícia Militar, vez que a transgressão imputada ao servidor foi apurada mediante instauração de Conselho de Disciplina, que é equivalente ao inquérito administrativo disciplinar do servidor civil, sendo-lhe assegurada todas as garantias constitucionais pertinentes ao seu direito de defesa.

2 - Ainda que ocorra absolvição criminal, impõe-se reconhecer que a mesma não condiciona o procedimento administrativo disciplinar a resultado favorável, em havendo falta residual (Súmula nº 18/STJ).

3 - Em sendo regular o ato de exclusão, não cabe mais a permanência do servidor nas dependências militares, pelo que, eventual ilegalidade da prisão decorrente de ação penal comum, deverá ser discutida no juízo adequado e pela medida correta.

4 - Recurso improvido.

(RMS 4.452/RJ, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/1998, DJ 05/04/1999 p. 150)

SÚMULA 18 - STF - Pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público.

Diante destes fatos, incontestes por si só, impera-se a *denegação da segurança*, em consonância com o bem fundamentado parecer da douta Procuradoria de Justiça, frente à inexistência de qualquer ilegalidade em relação ao ato do Conselho de Disciplina que exonou o Policial Militar da Corporação.

É como voto.

Recife, 13 de janeiro de 2010.

José Carlos Patriota Malta
Desembargador Relator.